

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

Atividades de Enriquecimento Curricular – 2016/2017

O Agrupamento de Escolas de Vidigueira, como entidade promotora das AEC, e pela pessoa da sua Diretora, Isabel Contente, torna público que se encontra aberto, na aplicação informática da DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar, em www.dgae.mec.pt, o procedimento com vista à contratação de um técnico especialmente habilitado para o desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico, conforme as necessidades inerentes para o ano letivo 2016/2017.

O presente procedimento reger-se-á pelas disposições da Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto e do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual conferida pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto.

1. Caracterização da oferta de trabalho

Natureza da atividade	Designação da Atividade	Nº da oferta	Nº de horas semanais	Período de desenvolvimento da AEC	Distribuição da carga letiva por ano de escolaridade	Requisitos de admissão
Domínio Científico	Oficina de Ciências	3282	5 h	2ª a 6ª feira 16:30h – 17:30h	1h/semana 1º, 2º e 3º anos	Habilitações profissionais ou próprias para a docência dos GR 100, 110, 230, 510 ou 520 ou outro tipo de formação profissional ou especializada relevante.

2. Locais de trabalho

Escola do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Vidigueira:
 - EBI c/JI Frei António das Chagas – Vidigueira;

3. Modalidade de contrato de trabalho

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial.

4. Duração do Contrato

O contrato tem data de início e de termo, não se convertendo em contrato por tempo indeterminado, nem estando sujeito a renovação automática.

A data de início será 24 de abril de 2017 e o termo corresponderá ao último dia de férias a que o trabalhador tiver direito, contado a partir da data de 28 de junho de 2017.

Caso a aceitação da colocação se verifique em data posterior à fixada para início do contrato, a data de início corresponderá à data de aceitação da oferta pelo candidato.

O período experimental do contrato por tempo determinado, de acordo com o disposto no nº 2 do art.º 49 da Lei nº 35/2014, de 20 de junho na sua atual redação, terá a duração de 15 dias, pois o contrato tem duração inferior a 6 meses, sendo, que, nesta tipologia de contrato, o júri do período experimental é substituído pelo respetivo superior hierárquico imediato (Diretora do Agrupamento de Escolas).

5. Prazos e apresentação de candidaturas

As candidaturas são formalizadas na aplicação informática no sítio da DGAE em <http://www.dgae.mec.pt>

O procedimento concursal encontra-se aberto pelo período de **três dias úteis** seguintes à data de validação da oferta de trabalho na plataforma da DGAE (até dia 21 de abril de 2017).

Consideram-se submetidas dentro do prazo, as candidaturas efetuadas no endereço eletrónico da DGAE até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

6. Requisitos de admissão

Requisitos gerais definidos no artigo 17º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP):

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuosos pela Constituição, convenção internacional ou Lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

De acordo com o artigo 17º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, *“os profissionais não docentes que dinamizam AEC devem possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo ou currículo relevante para o efeito.”*

7. Critérios de seleção

Terminado o período de candidatura, o Agrupamento de Escolas procede ao apuramento e seleção dos candidatos. É elaborada uma lista de ordenação, por ordem decrescente de pontuação que funcionará como reserva de recrutamento até ao final do ano escolar 2016/2017, desde que contenha candidatos que cumpram os requisitos e perfil exigidos, em número superior às vagas publicitadas.

Os critérios de seleção a utilizar serão os seguintes (tendo como suporte a aplicação informática da DGAE):

a) 30% - Habilitação Académica e Profissional: Curso adequado à AEC a que se candidata e grau académico que confira habilitação profissional para a docência no ensino básico ou formação especializada adequada ao desenvolvimento da atividade

Tendo em conta este critério estabelece-se a seguinte ponderação:

Habilitação Académica e Profissional	Pontuação
Docentes profissionalizados na área respetiva (Douturamento, Mestrado, Pós-Graduação, Licenciatura, Bacharelato)	30
Docentes com habilitação própria na área respetiva	20
Outros profissionais não docentes com formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das AEC propostas	10

b) 30 % - Classificação final do curso adequado ou relevante ao desenvolvimento da AEC a que se candidata

Tendo em conta este critério estabelece-se a seguinte ponderação:

Classificação final de curso (valores numéricos)	Pontuação
De 10 a 12,9 valores	10
De 13 a 14,9 valores	15
De 15 a 16,9 valores	20
De 17 a 20 valores	30

c) 40% - Experiência Profissional: Tempo de serviço total prestado até 31 de agosto de 2016, em dias, no grupo de recrutamento e em AEC relevante para a Atividade de Enriquecimento Curricular a que se candidata.

Nota: O tempo de serviço deverá ser contabilizado de acordo a legislação em vigor.

Tendo em conta este critério estabelece-se a seguinte ponderação:

Tempo de serviço	Pontuação
Sem tempo de serviço	0
De 1 a 100 dias	5
De 101 a 200 dias	10
De 201 a 400 dias	15
De 401 a 600 dias	20
De 601 a 800 dias	30
De 801 a 950 dias	35
≥ a 951 dias	40

Nota: Os candidatos deverão dar a resposta à pergunta referida no critério de seleção e **nunca** atribuir o valor de pontuação a que esta corresponde de acordo com as tabelas acima. Os valores de pontuação serão apenas utilizados pela entidade promotora na fase de pontuação das candidaturas.

8. Critérios de Desempate

Em caso de igualdade na pontuação final do concurso, a ordenação dos candidatos respeita a seguinte ordem de preferências de desempate:

- a) Graduação profissional com valor arredondado à milésima.
- b) Tempo de serviço, em dias, prestado em Atividades de Enriquecimento Curricular até 31 de agosto de 2016.
- c) Nº de horas de formação profissional realizada, nos últimos 3 anos letivos, no âmbito da AEC a que se candidata.

As regras de desempate serão aplicadas por ordenação do valor numérico mais elevado para o mais baixo.

9. Publicitação de resultados

A lista ordenada de candidatos será afixada na EBI c/ JI Frei António das Chagas e publicitada no sitio de internet do agrupamento em www.aevid.pt

A notificação dos candidatos selecionados será feita pela DGAE, por via eletrónica para o e-mail indicado pelo candidato.

10. Aceitação de colocação

O candidato deverá **aceitar a colocação na aplicação da DGAE, nos 2 dias úteis seguintes ao da comunicação da respetiva seleção.**

Se o candidato selecionado não aceitar dentro do prazo fixado, a entidade promotora, Agrupamento de Escolas, procede de imediato à seleção e comunicação ao candidato que se encontre posicionado imediatamente a seguir na lista ordenada.

Os candidatos admitidos dispõem de 10 dias úteis, a contar da data da colocação, para entregar, presencialmente nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Vidigueira ou enviar para o e-mail geral@aevid.pt, os seguintes documentos:

- a) Diploma ou certidão de habilitações profissionais legalmente exigidas para o desenvolvimento da AEC a que se candidata (comprovativo de habilitação profissional ou própria ou de formação profissional ou especializada);
- b) Declaração do tempo total de serviço;
- c) Declarações do tempo de serviço prestado em AEC.
- d) Prova do cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
- e) Certidão de robustez física e de perfil psíquico para o exercício da função;
- f) Certidão do registo criminal;
- g) Fotocópia de certificados de formação profissional realizadas nos últimos 3 anos letivos;
- h) Fotocópia do Cartão de cidadão / BI e NIF;

- i) Cópia do cartão da Segurança Social;
- j) Número de Identificação Bancária.

Por solicitação, devidamente fundamentada, ao diretor do Agrupamento de Escolas de Vidigueira, pode ser autorizada a prorrogação do prazo previsto, até ao limite máximo de 10 dias úteis.

Quando o candidato contratado tiver exercido funções idênticas no ano escolar imediatamente anterior ou no próprio ano, no AE de Vidigueira, é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) e d), desde que constem do processo individual respetivo e não tenha decorrido prazo de interrupção superior a 180 dias úteis contado do último dia de abono do vencimento.

Se o candidato não entregar a documentação no prazo legalmente definido, considera-se sem efeito a aceitação da colocação pelo trabalhador, devendo o Agrupamento de Escolas proceder, de imediato, à seleção e comunicação ao candidato que se encontre posicionado imediatamente a seguir na lista ordenada.

11. Motivos de exclusão

- Não apresentação da candidatura através da aplicação da DGAE/SIGRHE.
- Preenchimento incorreto ou incompleto de parâmetros de candidatura.
- Não possuir as habilitações definidas para a área a que se candidata.
- Não comprovação dos dados declarados.
- Não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo referido
- Não cumprimento dos prazos estabelecidos e das normas presentes.

12. Posicionamento remuneratório

A remuneração base é fixada nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 144.º e no n.º 2 do artigo 145.º, ambos da LGTFP. Conforme o previsto para a carreira docente, ficam os técnicos recrutados vinculados, consoante a habilitação para a docência que possuam, aos índices 126 (quando detentores de habilitação igual à licenciatura) e 89 (nos restantes casos) da carreira dos educadores e dos professores do ensino básico e secundário. O valor das remunerações é calculado em função dos horários atribuídos, correspondendo em proporção ao período normal de trabalho fixado para o contrato.

Sobre a remuneração mensal líquida incidem os descontos normais e obrigatórios, e ainda o opcional para com a A.D.S.E. Têm os técnicos direito a subsídio de refeição, subsídio de férias e natal correspondente à remuneração recebida, bem como ao pagamento da compensação pela caducidade do contrato, sempre que o contrato caduque na data prevista para o efeito e ainda os demais direitos, assim como obrigações decorrentes do contrato de trabalho a tempo parcial que irão celebrar.

Toda a informação acima mencionada refere-se sem prejuízo de qualquer alteração que vier a ser feita por força da legislação que, entretanto, e eventualmente, venha a ser publicada sobre o desenvolvimento destas atividades.

Vidigueira, 18 de abril de 2017



Isabel Maria Guerreiro Contente